



# Tecendo diálogos sobre raça e gênero: uma experiência extensionista entre universidade e escola pública

PEDRO HENRIQUE BASTOS OLIVEIRA  
EDVANA MARIA SANTANA FERREIRA  
FLÁVIA CRISTIANE DA SILVA

Weaving dialogues on race and gender: an  
outreach experience between the university and  
public school

## Tecendo diálogos sobre raça e gênero: uma experiência extensionista entre universidade e escola pública<sup>1</sup>

Weaving dialogues on race and gender: an outreach experience between the university and public school

**PALAVRAS-CHAVE**  
INTERSECCIONALIDADE.  
RACISMO.  
EDUCAÇÃO.

**RESUMO** Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), a maioria da população se autodeclara negra (pretos e pardos). Apesar disso, pessoas negras apresentam piores indicadores sociais, devido a uma estrutura social marcada pelo racismo. Tal sistema de opressão, se expressa também na educação, ao colocar pessoas de determinados grupos raciais ou étnicos em desvantagem no acesso e permanência no ensino superior, se agravando quando analisamos a partir da interseccionalidade, a situação de mulheres negras. Diante deste cenário, o presente projeto buscou criar espaços de aprendizagem capazes de fomentar debates na população estudantil sobre os impactos do racismo e do sexismo no acesso aos direitos sociais. Num primeiro momento, através de um curso de extensão em relações raciais e de gênero, organizados no Centro de Ciências da Saúde da UFRB, voltados para estudantes de graduação. Após a finalização do curso, nos dirigimos para os/as estudantes do Ensino médio regular público de Santo Antônio de Jesus-BA, através de debates acerca da mesma temática, utilizando como ferramenta um videodocumentário. O escopo do projeto transcende a acumulação de conhecimento acadêmico, focando na instrumentalização dos(as) participantes para combater desigualdades, e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

**KEYWORDS**  
INTERSECTIONALITY.  
RACISM.  
EDUCATION.

**ABSTRACT** According to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2024), the majority of the population identifies as Black (Black and Brown). Despite this statistic, Black people continue to experience the worst social indicators, a reality explained by the persistence of a social structure marked by racism. This system of oppression also manifests itself in education, placing people of certain racial or ethnic groups at a disadvantage in accessing and remaining in higher education, which is exacerbated when we analyze the situation of Black women through the lens of intersectionality. Given this scenario, this project sought to create learning spaces capable of fostering debate among students about the impacts of racism and sexism on access to social and institutional rights. Initially, this project was implemented through an extension course on race and gender relations, organized at the UFRB Health Sciences Center, aimed at undergraduate students. After completing the course, we addressed regular public high school students in Santo Antônio de Jesus, Bahia, through discussions on the same topic, using a video documentary as a dialogical tool. The scope of the project transcends the mere accumulation of academic knowledge, focusing on empowering participants to combat social inequalities and thus contribute to the construction of a more just and equitable society.

<sup>1</sup> Projeto financiado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

**PEDRO HENRIQUE BASTOS OLIVEIRA**

Bacharel em saúde, Graduando em psicologia, *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)*.

*E-mail:* pedrobastoos@aluno.ufrb.edu.br

**EDVANA MARIA SANTANA FERREIRA**

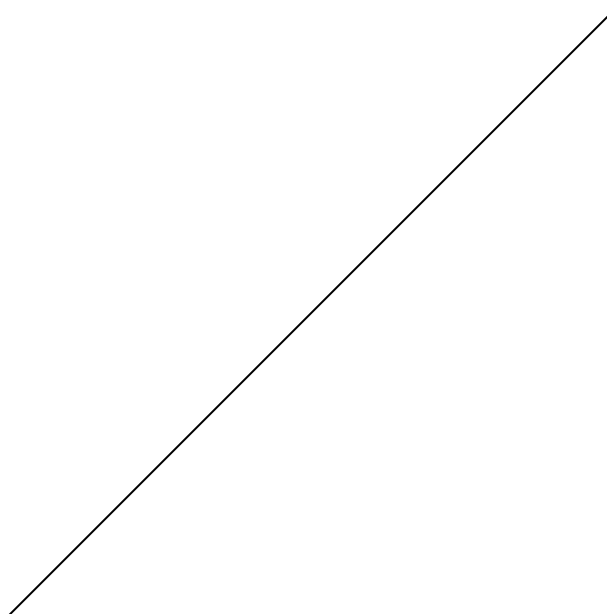
Bacharela em Psicologia, Especialista em gestão em saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (*UFRB*).

*E-mail:* vitoriaaraujojornalismo@aluno.ufrb.edu.br

**FLÁVIA CRISTIANE DA SILVA**

Professora auxiliar. Mestra em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (*UFRB*).

*E-mail:* flaviasilva@ufrb.edu.br.



**INTRODUÇÃO** Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), aproximadamente 56,7% da população brasileira se autodeclara negra, compreendendo pessoas pretas e pardas, o que representa a maioria do contingente populacional do país. No entanto, essa representatividade numérica não se reflete em condições equitativas de vida. Persistem, entre a população negra, os piores indicadores sociais, a exemplo das altas taxas de mortalidade infantil, do desemprego, da baixa expectativa de vida, do analfabetismo, entre outros. Esses dados revelam a permanência de desigualdades estruturais que são fruto de um racismo sistêmico, profundamente enraizado na formação social brasileira e diretamente vinculado ao legado escravocrata, que produziu e ainda reproduz hierarquias raciais e sociais, consolidando iniquidades (Werneck, 2016).

A abolição da escravatura no Brasil, sancionada por meio da Lei

Áurea em 1888, não foi acompanhada por políticas públicas que garantissem a inclusão do sujeito negro recém-liberto na sociedade. Ao contrário, a abolição foi marcada pela ausência de ações reparatórias e pela continuidade de mecanismos de exclusão, baseados na violência e no racismo como formas de dominação social. Isso implicou na consolidação de profundas desigualdades no contexto histórico-social, político, econômico, cultural e psicológico da população negra, em contraste com os privilégios historicamente reservados à população branca (Zamora, 2012).

As repercussões desse processo histórico ainda são visíveis, por exemplo, na ocupação desigual de vagas no ensino superior. Embora pessoas pretas e pardas representem a maioria da população brasileira, elas ocupam apenas 48,3% das vagas nas instituições de ensino superior, segundo dados do IBGE (2023). Apesar desse percentual indicar avanços em relação às décadas anteriores – sobretudo após a implementação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas (Brasil, 2012) –, a discrepância ainda evidencia os efeitos persistentes do racismo estrutural sobre o acesso à educação superior.

O racismo institucional se expressa por meio de normas, práticas e condutas que colocam determinados grupos raciais e étnicos em situação de desvantagem no que diz respeito ao acesso, permanência e êxito em espaços educacionais. Pode-se citar ações indiretas que afetam esses estudantes, como a falta de políticas de permanência estudantil; processos seletivos baseados em trajetórias desiguais; a falta de produções de autores negros na grade curricular dos cursos de graduação, dessa forma o estudante tem menos referências positivas de si mesmo no espaço acadêmico. Além disso, diversas ações diretas também marcam de forma negativa a trajetória da pessoa negra no ensino superior, como as micro agressões raciais, o isolamento social e a hiper vigilância nos espaços da universidade.

Marcadores sociais como raça, gênero e classe influenciam decisivamente a trajetória de estudantes negros no ensino superior, impondo obstáculos que vão desde o ingresso até a conclusão dos cursos mais valorizados socialmente. A transição entre o ensino médio e o ensino superior segue, assim, uma lógica de desigualdade que reforça distâncias históricas entre estudantes negros e brancos, especialmente nos índices de permanência e sucesso acadêmico (Santana; Meireles; Nacif, 2019b).

Essas desigualdades tornam-se ainda mais acentuadas quando analisadas sob a ótica da interseccionalidade, especialmente em relação ao gênero. Conforme apontam Queiroz e Santos (2016), historicamente, às mulheres negras foram destinadas funções socialmente desvalorizadas. Mesmo após a abolição, esse grupo permaneceu à margem dos recursos sociais e políticos necessários para alcançar condições básicas de educação e trabalho (Góis, 2008). Como consequência, mulheres negras continuam expostas a múltiplas vulnerabilidades, que impactam diretamente sua saúde física e mental, além de restringirem seu pleno acesso a direitos fundamentais.

O Recôncavo da Bahia, por sua vez, é uma região marcada por significativa presença da população negra e de comunidades tradicionais. De acordo com levantamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Bahia, cerca de 70% dos Povos Tradicionais do estado estão concentrados nessa região (PNUD, 2008). É nesse território que se insere a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com a missão de

articular ensino, pesquisa e extensão em diálogo constante com a sociedade local.

A universidade tem buscado consolidar sua atuação como instrumento de transformação social, promovendo a valorização dos saberes tradicionais e contribuindo para o enfrentamento das desigualdades que afetam historicamente os povos do Recôncavo, especialmente no município de Santo Antônio de Jesus, considerado a capital regional.

Diante dessa realidade, torna-se fundamental a formação de estudantes conscientes dos impactos do racismo e das múltiplas formas de discriminação que dificultam o acesso pleno a direitos sociais e institucionais. A construção de uma cultura educacional antirracista depende da criação de espaços pedagógicos que favoreçam a reflexão crítica e o comprometimento com a justiça social. Com base nesse entendimento, o presente projeto buscou fomentar espaços de aprendizagem voltados à conscientização da comunidade estudantil sobre a condição da população negra e os efeitos do racismo nas trajetórias educacionais e no acesso a direitos fundamentais.

**METODOLOGIA** Dessa forma, o presente projeto, em consonância com o planejamento de ações do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça e Saúde (NEGRAS), concebeu o III Curso de Extensão em Relações Raciais e de Gênero do NEGRAS/UFRB, intitulado “É tempo de falar de nós mesmas: um debate sobre relações étnico-raciais e de gênero”. A proposta foi elaborada com base em uma abordagem metodológica decolonial, atualizando o modelo tradicional de sala de aula para o formato de sala invertida.

Este curso de formação, composto por oito encontros quinzenais, foi realizado entre 29 de abril e 12 de outubro de 2024, tendo cada um, a duração média de duas horas. As atividades ocorreram presencialmente, nas instalações do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e foram direcionadas a estudantes de cursos regulares de graduação deste Centro. A escolha deste público-alvo partiu da percepção do ambiente escolar e universitário como espaço fértil de formação de sujeitos capazes de transformar a realidade social do território em que vivem/estudam.

O encontro inaugural teve como foco a apresentação do curso, seguido de uma conferência magna que abordou o papel da universidade pública brasileira na superação do sexismo e do racismo no contexto nacional. Nos encontros subsequentes, foram realizadas exposições dialogadas com debatedores(as) convidados(as) da própria UFRB e de outras universidades, a partir de textos indicados na bibliografia de cada sessão. Para alcançar os objetivos propostos, foram implementadas estratégias pedagógicas diversificadas, com a definição prévia de temas como: noções conceituais de relações raciais e de gênero; feminismo negro decolonial; interseccionalidade entre raça, classe e gênero; racismo estrutural e institucional; saúde mental da população negra no Brasil; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e os efeitos do racismo na saúde da população negra.

O último encontro do curso culminou em uma atividade prática, na qual os(as) participantes puderam escolher entre três temáticas previamente definidas: raça, racismo e direitos sexuais e reprodutivos; soberania e segurança alimentar; e violência e saúde da população negra.

Em apresentações coletivas, com formato de livre escolha, os(as) discentes articularam os conteúdos discutidos ao longo do processo formativo com as temáticas propostas, fomentando a participação ativa e consolidando a compreensão da relevância do debate sobre racismo e desigualdades de gênero no ambiente universitário.

No segundo momento, após a conclusão do curso, foram realizadas ações voltadas à comunidade externa, especificamente para estudantes do ensino médio regular público de Santo Antônio de Jesus. O município foi selecionado por sediar o campus do Centro de Ciências da Saúde da UFRB.

Nesta etapa, a equipe do projeto promoveu, em uma escola de ensino médio, um debate sobre relações étnico-raciais e de gênero, utilizando como recurso pedagógico um vídeo documentário. Cabe destacar que todos(as) os(as) estudantes participantes encontravam-se no último ano do ensino médio e prestes a ingressar em processos seletivos para o ensino superior.

A obra apresentada, “É tempo de falar de nós mesmas” (2023), narra a trajetória de sete mulheres negras egressas do curso de Medicina da UFRB, problematizando como as opressões de gênero, classe e raça atravessaram suas vivências antes, durante e após a formação universitária. O documentário evidencia, ainda, como a organização coletiva dessas mulheres foi fundamental para sua permanência na universidade e para sua atuação profissional. Após a exibição, realizou-se um diálogo com os(as) estudantes, no qual foram esclarecidas dúvidas sobre o ingresso e a permanência no ensino superior.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES** Os resultados do projeto perpassam a contribuição na conscientização e na formação dos(as) estudantes acerca do racismo e do sexismo que afeta a população negra, particularmente em Santo Antônio de Jesus, onde 75% da população é composta por pretos e pardos (IBGE, 2017) e há um dos maiores índices de mortalidade de jovens negros do Brasil (IPEA, 2022). A iniciativa promoveu ainda uma utilização contra-hegemônica do espaço universitário, transformando-o em um ambiente que fomenta a crítica e a reflexão, em oposição à reprodução de estruturas discriminatórias.

Nesse sentido, apesar dos avanços nas políticas de democratização do ensino superior, a universidade pública ainda reproduz desigualdades sociais profundas, o que exige uma análise interseccional capaz de compreender como diferentes dimensões sociais influenciam as experiências acadêmicas. A Lei de Cotas, por exemplo, teve como metodologia reservar 50% das vagas das IFES para estudantes que cursaram o ensino médio exclusivamente em escola pública, e dessas, 50% iriam para pessoas negras, quilombolas ou pessoas com renda per capita inferior ou igual a um salário-mínimo e meio (BRASIL, 2012).

Para além de uma das modalidades das políticas de reparação histórica, tais medidas, no contexto brasileiro, escancaram as disparidades decorrentes de um processo estrutural e estruturante do racismo ainda bastante velado na nossa sociedade (Gomes, 2002). Em 2003, por exemplo, pessoas autodeclaradas negras, que é a soma daqueles estudantes que se declaram pretos e pardos, somavam apenas 34,2% da população das IFES. Em 2010, pouco antes da Lei de Cotas, mas com um aumento expressivo nas vagas do Ensino Superior, esse índice aumentou para 40,8%,

chegando a 47,6% em 2015. Em valores absolutos, a população negra quase triplicou sua participação nos três anos iniciais da Lei de Cotas, comprovando o efeito desta política na democratização do acesso (ANDIFES, 2018).

No mesmo documento, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) aponta que, no ano de 2018, o percentual de negros(as) alcança, pela primeira vez, a maioria absoluta do universo pesquisado: 51,2% (ANDIFES, 2018). Entretanto, nos cursos considerados mais tradicionais das universidades públicas, e, portanto, mais concorridos, a presença de estudantes brancos continua expressivamente maior, mesmo após a Lei de Cotas, como é o caso das Engenharias e dos cursos de Medicina (ANDIFES, 2018). A partir de dados dos três primeiros ciclos completos do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), Ristoff (2014, p. 730) observa que, em geral, o “Campus Universitário brasileiro é 20% mais branco que a sociedade brasileira”, principalmente nos cursos de medicina veterinária, medicina, psicologia, odontologia e direito. Neste cálculo, entram dois dos cursos que estão presente em nosso Centro.

É nesse contexto que se insere a proposta formativa do projeto. O aprendizado dos(as) cursistas em temas como raça/etnia, gênero e classe foi particularmente expressivo, evidenciado nos seminários que abordaram racismo, direitos sexuais e reprodutivos, soberania alimentar e saúde da população negra.

A metodologia de sala de aula invertida resultou em um notável incremento no engajamento dos(as) participantes ao longo do curso. Cada encontro teve como objetivo explorar os conceitos centrais de textos previamente estudados, fomentando discussões em grupo e promovendo um aprendizado colaborativo. Essa estratégia favoreceu o desenvolvimento de habilidades voltadas para a compreensão das interseccionalidades que compõem a identidade dos indivíduos, envolvendo raça, gênero e classe. Afinal, as divisões sociais de classe, gênero e raça encontram-se interligadas nas estruturas de poder, criando uma falsa percepção de igualdade de condições que, na prática, não se sustenta (BILGE; COLLINS, 2021).

Ao realizá-lo, a expectativa era de que o curso ultrapassasse a mera acumulação de conhecimento acadêmico, voltando-se para a instrumentalização dos(as) estudantes de graduação no enfrentamento das desigualdades sociais, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Tal abordagem buscou transformar estudantes de agentes passivos em sujeitos ativos na promoção de mudanças sociais em suas comunidades.

Além das atividades formativas, o projeto também se articulou com outros espaços institucionais da universidade. Ainda no espaço da Universidade, o projeto incluiu atividades como roda de conversa durante o evento RECONCITEC e o Fórum Internacional Pró-igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo, na UFRB, campus de Cruz das Almas, ocasiões em que foi exibido o documentário “É tempo de falar de nós mesmas”, seguido de debates entre equipe do projeto, estudantes e visitantes dos eventos.

De maneira complementar, o projeto se propôs a estabelecer pontes entre as comunidades interna e externa à UFRB, promovendo compartilhamento de saberes e experiências. Mais que isso, buscou impactar a

formação dos estudantes, incentivando um compromisso com a equidade tanto no exercício profissional quanto na cidadania. A ampliação da discussão sobre opressões étnico-raciais e de gênero nas escolas públicas de ensino médio de Santo Antônio de Jesus constituiu um passo significativo para a reflexão sobre o lugar do estudante na universidade pública e para o debate sobre políticas de acesso e permanência. O documentário apresentou narrativas que reforçam a presença e a relevância da mulher negra na medicina, ampliando perspectivas e possibilidades para o futuro acadêmico e profissional dos participantes. Dessa forma, o projeto buscou fortalecer o papel da UFRB como agente político comprometido com a promoção da igualdade, da equidade e da justiça social dentro e fora de seus campi.

Por fim, para nós, enquanto estudantes da graduação, a experiência proporcionada por este curso serviu como importante complemento formativo, possibilitando o encontro com temáticas que não são apresentadas na formação de base. O contato direto com debates sobre relações raciais e de gênero não apenas ampliou nosso repertório teórico, mas também provocou reflexões pessoais sobre nossos lugares sociais e responsabilidades profissionais.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** A análise das reflexões apresentadas neste trabalho revela a complexidade e a persistência das desigualdades estruturais que permeiam o acesso da população negra, especialmente no Ensino Superior no Brasil. As interseccionalidades de raça, gênero e classe se entrelaçam, criando barreiras que impactam não apenas o desempenho acadêmico, mas também a permanência e a inclusão social nesses espaços.

O projeto descrito foi fundamental para instigar a consciência crítica entre os estudantes do Centro de Ciências da Saúde da UFRB e da rede pública de ensino, visando à desconstrução de preconceitos e à construção de uma cultura educacional antirracista, visto que o domínio cultural do poder ajuda a fabricar e disseminar a falsa narrativa de “fair play” que afirma que cada um de nós tem acesso igual às oportunidades. Individualizando questões de cunho social, que devem ser tratadas como pautas coletivas, evitando o silenciamento de injustiças que são abafadas pela ideia errônea de igualdade entre todos. Através da coletivização de ideias e educação racial, se torna possível a criação de políticas realmente equitativas (Bilge e Collins, 2021).

As ações realizadas, que incluíram discussões profundas sobre racismo e suas implicações, bem como a utilização de metodologias inovadoras como a sala de aula invertida, mostraram-se eficazes em fomentar um aprendizado colaborativo e participativo. Além disso, o projeto reforçou a importância de uma abordagem interseccional na educação, uma vez que possibilitou discutir as construções sociais que marginalizam grupos específicos. O fortalecimento da UFRB como um agente político comprometido com a equidade e justiça social, aliado ao diálogo com as comunidades locais, destaca a relevância da universidade como espaço propulsor de transformação social.

Assim, este trabalho não apenas traz à luz os entraves enfrentados pela população negra no acesso ao Ensino Superior, mas também aponta caminhos para a ação, enfatizando a necessidade de uma educação que promova a consciência e a luta contra as desigualdades raciais, de gênero e sociais. Ao formar estudantes capacitados para reconhecer e combater

essas injustiças, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A trajetória que se inicia nas salas de aula deve continuar a se estender para além dos muros da universidade, impactando positivamente as comunidades e contribuindo para a desconstrução das narrativas de “fair play” (Bilge e Collins, 2021) que mascaram as realidades das desigualdades sociais no Brasil.

#### REFERÊNCIAS

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras: 2018**. Uberlândia: Fonaprace, 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 29 ago. 2012.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

GÓIS, J. B. H. **Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior**. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 3, p. 743–769, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: FLÁVIA RIOS; MÁRCIA LIMA. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 08 ago. 2025. Fórum Brasileiro de Segurança Pública

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In: SOUSA, Boaventura de Souza Santos;

MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492–516. **PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=3123&lay=rac>. Acesso em: [sem data].

PRESTES, C. R. S.; PAIVA, V. S. F. **Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência**. Saúde e Sociedade, v. 25, n. 3, p. 673–688, set. 2016.

QUEIROZ, D. M.; SANTOS, C. M. As mulheres negras brasileiras e o acesso à educação superior. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 25, n. 45, p. 71–87, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2286>. Acesso em: [sem data].

RISTOFF, D. O NOVO PERFIL DO CAMPUS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/2058>. Acesso em: 12 ago. 2023.

SANTANA, L. A. A.; MEIRELES, E.; NACIF, P. G. S. **Inclusão e diversidade na educação superior brasileira: sínteses estatísticas**. Cruz das Almas: UFRB, 2019b.

SANTOS, V. A. dos et al. A saúde das mulheres negras: atuação da psicologia na atenção básica. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 2, 2023.

WERNECK, J. **Racismo institucional e saúde da população negra**. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535–549, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46G-V7PB3wV54qW7vm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2024.

ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 563–578, set. 2012.